

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

**REPASSES OU TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS – 2026**

| Mês            | Órgão/Poder repassador do recurso                                                      | Número/ano do convênio/termo/ajuste | Objeto | Valor total do convênio | Valores já repassados | Data do repasse | Início da vigência | Término da vigência |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|--------|-------------------------|-----------------------|-----------------|--------------------|---------------------|
| Janeiro/2026   | Não houve repasse ou transferência de recursos financeiros recebidos de outros órgãos. | -                                   | -      | -                       | -                     | -               | -                  | -                   |
| Fevereiro/2026 | Não houve repasse ou transferência de recursos financeiros recebidos de outros órgãos. | -                                   | -      | -                       | -                     | -               | -                  | -                   |

Última publicação: 20/03/2026  
De acordo com o que determina o art. 8º da lei nº 12.527/2011

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ****REPASSES OU TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS CONCEDIDOS – 2026**

| Mês            | Órgão recebedor do recurso                                                       | Número/ano do convênio/termo/ajuste | Objeto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Valor total do convênio | Valores já repassados | Data do repasse | Início da vigência | Término da vigência |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|--------------------|---------------------|
| Janeiro/2026   | Não houve repasse ou transferência de recursos financeiros concedidos no período | -                                   | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | -                       | -                     | -               | -                  | -                   |
| Fevereiro/2026 | Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça                                 | CV nº.SN-2022                       | Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e o Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça, que tem por objetivo regulamentar os termos e condições para que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará integre o Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça, relativo ao exercício de 2026. Despesa vinculada ao 2º grau de jurisdição. Empenho: 2026NE000110<br>Processo: 8500782-01.2026.8.06.0000 | R\$ 60.000,00           | R\$ 60.000,00         | 06/02/26        | 07/07/22           | 07/07/26            |

Última publicação: 20/03/2026

De acordo com o que determina o art. 8º da lei nº 12.527/2011